

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/32083	48343/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - DEFERIMENTO - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Braga - Pedido de isenção de taxas municipais para o evento #11ª Semana Social UDIPSS-Braga#.		
Unidade Administrativa		
DFGE - DCR [ISENÇÕES]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação do pedido de isenção de taxas e outras receitas municipais, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo dos n.º.1, 2 e 3 do artigo H-1/16.º e do artigo H-1/17.º, propondo-se o seu deferimento, da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Braga.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Data: 30/09/2026

Assunto: Outras isenções e reduções (Artigo H-1/16.º)

1 - Dados do pedido:

Requerente:	União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Braga
NIF:	506216110
N.º registo:	48343/2026 [Pedido de isenção de taxas]
Referência 1	44444/2026
Referência 1.1	[Licença Especial de Ruído
Referência 1.1.1	DESPACHO 2026 - 16930
Referência 1.2	[Licença de Recinto Itinerante]
Referência 1.2.1	DESPACHO 2026 - 17442
Referência 1.3	[Licença de Recinto Itinerante]
Referência 1.3.1	DESPACHO 2026 - 17441
Referência 1.4	[Licença de Recinto Itinerante]
Referência 1.4.1	DESPACHO 2026 - 17441
Referência 1.5	[Licença de Recinto Itinerante]
Referência 1.5.1	DESPACHO 2026 - 17441
Referência 1.6	[Licença de Recinto Itinerante]
Referência 1.6.1	DESPACHO 2026 - 17441
Referência 1.7	[Licença de Recinto Itinerante]
Referência 1.7.1	DESPACHO 2026 - 17315
Tipo de facto:	Licença Especial de Ruído, Licença de Recinto Itinerante, Licença de Recinto Itinerante, Licença de Recinto Itinerante, Licença de Recinto Itinerante e Autorização OEP

2 - Apuramento dos cálculos das taxas:

Taxas			
Descrição	Quant.	Valor unitário	Total
Facto: Requerimentos de interesse particular, apresentação de comum	1	6,85	6,85 €
Facto: Ruídos, Pela apreciação do pedido de licença	1	14,25	14,25 €
Facto: Ruídos, Pela emissão da licença, dias úteis e por dia, entre as 08.00 e as 20.00	1	23,80	23,80 €
Facto: OEP - regimes especiais - Circos e outros recintos itinerantes, improvisados, por m2 ou fração e por mês	187,5	8,05	1 509,38 €
Facto: OEP - regimes especiais - para realização de atividades culturais, desportivas e outras de carácter não comercial	2500	0,20	500,00 €
Facto: Licenças de recintos itinerantes, improvisados ou de diversão provisória	1	138,95	138,95 €
Total			2 193,23 €



3 - Informação da Divisão de Controlo da Receita:

a) O requerente solicitou a emissão de licença, para o evento "11ª Semana Social UDIPSS-Braga", em conformidade com o Código Regulamentar do Município, tendo merecido despacho favorável. Foi emitida a Licença Especial de Ruído n.º **0710/2026**, Licença de Recinto Itinerante n.º **0062/2026**, Licença de Recinto Itinerante n.º **0063/2026**, Licença de Recinto Itinerante n.º **0064/2026**, Licença de Recinto Itinerante n.º **0065/2026**, Licença de Recinto Itinerante n.º **0066/2026** e Autorização OEP n.º **0230/2026**;

b) O requerido tem enquadramento **na alínea a) do n.º 2 e no n.º 3 do Artigo H-1/16º do CRMB**;

c) O valor da Isenção/Redução é de **2193,23 €**;

d) O pedido de isenção foi efetuado dentro do prazo previsto no n.º 3 do Artigo **H-1/20.º**, com a notificação do ato de liquidação sido efetuada no dia 17 set. 2026, através da fatura n.º 26.017/8955, tendo o pedido de isenção ocorrido em **02/09/2026**;

e) Na presente data, face aos elementos disponíveis no sistema informático do Município, não existe registo dívidas do requerente para com o Município de Braga.

O pedido encontra-se instruído conforme definido no CRMB e de acordo com os procedimentos internos em vigor para efeitos de isenções de taxas, pelo que poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo **H-1/18.º** do CRMB, para a competente decisão.

À Consideração superior,

